

Continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Saldo em 01/01/2025	Reclassificação (1)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Terras de cultura	96.247	(96.247)	-	-
Correção e desenvolvimento do solo	61.240	(61.240)	-	-
Prédios e benfeitorias	3.711	(3.565)	(146)	-
Total	161.198	(161.052)	(146)	-

(1) Valor R\$ 84.625 reclassificação para Fazenda SLC Jaborandi S.A, por cisão parcial de bens (vide nota 11); R\$ 76.427 reclassificação para o imobilizado.

Com o encerramento do contrato de arrendamento de terras ao final da safra 2024/25 e o início da exploração por meio de contratos de parceria rural na safra 2025/26, a Companhia revisou a classificação contábil das terras e das infraestruturas a elas vinculadas. Dessa forma, tais ativos, anteriormente classificados como propriedades para investimento, passaram a ser reconhecidos no ativo imobilizado, uma vez que estão diretamente relacionados à atividade operacional da Companhia.

9. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Os ativos utilizados na exploração rural da Companhia estão classificados no ativo imobilizado, em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, por estarem vinculados à sua atividade operacional. A exploração das áreas ocorre por meio de contratos de parceria rural, nos quais a Companhia aufer remuneração mediante participação na produção agrícola. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	20,00%	5 anos
Prédios e benfeitorias	3,33%	30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obteria com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição: a) **Composição do ativo imobilizado**

	31/12/2025	(não auditado) 31/12/2024
Terras de cultura	44.530	-
Correção e desenvolvimento do solo	28.333	-
Prédios e benfeitorias	3.564	-
Total	76.427	-

b) **Movimentação do ativo imobilizado**

	Saldo em 01/01/2025	Reclassificação (1)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Terras de cultura	-	44.530	-	44.530
Correção e desenvolvimento do solo	-	28.333	-	28.333
Prédios e benfeitorias	-	3.564	-	3.564
Total	-	76.427	-	76.427

(1) Valor R\$ 76.427 reclassificado de Propriedade para investimentos.

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política Contábil: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados sobre as atividades que são objeto da sociedade, com base nas alíquotas presumidas conforme a legislação. As demais receitas são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Composição: Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

	31/12/2025			(não auditado) 31/12/2024		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Diferenças temporárias:						
Passivos						
Arrendamentos	-	-	-	840	303	1.143
Custo Atribuído	600	324	924	1.288	696	1.984
Rendimento aplicação financeira	87	32	119	10	3	13
Total	687	356	1.043	2.138	1.002	3.140
Parcela classificada no passivo não circulante			1.043			3.140

a) **Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	31/12/2025		(não auditado) 31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta tributável	27.605	27.605	26.989	26.989
Base de cálculo presumida	9.007	9.007	9.092	9.092
Valor registrado no resultado	(2.230)	(811)	(2.258)	(818)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	(3.041)	(3.041)	(3.077)	(3.077)

b) **Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
	Arrendamentos	1.143	(1.143)	-
Custo atribuído	1.984	-	(1.058)	926
Rendimento aplicação financeira	13	104	-	117
Total	3.140	(1.039)	(1.058)	1.043
Parcela classificada no passivo não circulante	(3.140)	-	-	(1.043)

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da **Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A.** - Porto Alegre-RS **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas

c) **Imposto de renda e contribuição social a pagar:** O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta a seguinte movimentação:

Saldo em 01 de janeiro de 2024 (não auditado)	245
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.077
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.183)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	2
Passivo circulante	2
Saldo em 01 de janeiro de 2025	2
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.041
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.985)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5
Passivo circulante	5

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 4 de novembro de 2025, em assembleia geral, foi aprovada a cisão parcial da SLC LandCo S.A., onde a Fazenda Piratini deixou de ser sua controlada, passando a ser controlada diretamente pela SLC Agrícola S.A. Nessa mesma assembleia, foi aprovada a transformação do tipo societário da Fazenda Piratini passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, mantendo o patrimônio. Em decorrência, as 54.147.452 (cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e sete mil e quatrocentas e cinquenta e duas) quotas foram convertidas para ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. Em 3 de dezembro de 2025, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a cisão parcial da Fazenda Piratini com base em laudo de avaliação elaborado por especialistas independentes, que suportou a mensuração e a segregação dos ativos e passivos envolvidos na operação. A seguir, apresenta-se o quadro demonstrativo dos ativos e passivos cindidos na referida transação:

	Valor cindido
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	500
Ativo não circulante	
Propriedades para investimento	84.625
Total ativo	85.125
Passivo não circulante	
Tributos diferidos	1.058
Patrimônio líquido	
Capital Social	50.764
Ajustes de avaliação patrimonial	33.303
Total do Passivo	85.125

Em decorrência da cisão parcial da Companhia, houve redução de capital no montante de R\$ 50.764, passando o capital social a ser de R\$ 3.383, representado por 3.383.312 (três milhões, trezentas e oitenta e três mil, trezentas e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. Em 29 de dezembro de 2025, o Fundo de Investimento em Participações Agro II - Multiestratégia Responsabilidade Limitada, realizou um aporte de capital, em caixa, no montante de R\$ 214.951, passando a deter 50% do capital social da Companhia. De maneira a manter a igualdade de participações entre os acionistas, a diferença entre os valores aportados por cada investidor foi registrada em Reserva de Capital, na rubrica de Agio na Emissão de Ações, conforme previsto na legislação societária aplicável, no montante de R\$ 214.612. Em 30 de dezembro de 2025, em assembleia geral, aprova a emissão de 3.383.309 (três milhões, trezentas e oitenta e três mil, trezentas e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, no valor de R\$ 3.722, está representado por 6.766.621 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir apresentamos a distribuição das ações em 2025 e quotas em 2024 entre os sócios:

	Número de Ações	Número de Quotas (não auditado)
Sócio	31/12/2025	31/12/2024
SLC Agrícola S.A.	3.383.312	-
Fundo de Investimento em Participações Agro II Ltda.	3.383.309	-
SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	52.147.451
SLC Investimentos Agrícolas Ltda.	-	1
Total de quotas do capital integralizado	6.766.621	52.147.452

b) Resultado por ação: **Política Contábil:** O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade total ações ordinárias disponíveis no do fim do exercício, conforme as disposições da Lei 6.404/76 (Lei das S/A.).

Composição: A tabela a seguir reconcilia o lucro do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico:

	31/12/2025	(não auditado) 31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	14.097	25.524
Denominador		
Número de ações ordinárias (b)	6.766.621	52.147.452
Lucro básico por ação ordinária (Em reais) (a)/(b)	2,0833	0,4895

c) **Reserva de capital:** A reserva de capital refere-se ao agio por subscrição de ações, apurado em pela diferença entre os valores efetivamente aportados pelos sócios. O agio registrado decorre da subscrição de ações a valor superior ao valor nominal, gerando uma diferença positiva entre o montante aportado e o valor correspondente à participação societária integralizada. Essa diferença, não caracterizando receita para a companhia, é registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta de Reserva de Capital, conforme previsto nos artigos 182, §1º, e 184 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou o agio em Reserva Capital de R\$ 214.612.

d) **Reserva de Lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não constituiu reserva legal, devido a reserva legal acrescida da reserva de capital exceder os 30% do capital social. Em 2024 a Companhia era constituída sob a forma de uma sociedade limitada e não previa em seu Contrato Social a destinação do resultado para a constituição de Reserva Legal. O saldo remanescente de reserva de legal é de R\$ 763. **Reserva para expansão:** O saldo em 31 de dezembro de 2025 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados, que foi retido e destinado como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não constituiu reserva de expansão, uma vez que não está previsto no acordo de acionista a destinação de resultado para esses fins, em 2024 a Companhia era constituída sob a forma de uma sociedade limitada e não previa em seu Contrato Social a destinação do resultado para a constituição de Reserva de Expansão. O saldo remanescente de reserva de expansão é de R\$ 7.774. e) **Lucros acumulados:** Em decorrência da transformação societária de sociedade limitada para sociedade por ações ao final do exercício social, a Companhia manteve, em 31 de dezembro de 2025, saldo de lucros acumulados no valor de R\$22.840 oriundos de exercícios anteriores, os quais não foram objeto de deliberação quanto à sua destinação até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A Administração informa que a destinação desse saldo será submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em abril de 2026, propondo-se sua capitalização, mediante aumento de capital social, nos termos da legislação societária aplicável. f) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2025	(não auditado) 31/12/2024
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor de propriedades para investimentos	29.096	62.420
Total	29.096	62.420

g) **Dividendos:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, estava constituída como uma sociedade limitada e em seu Contrato Social não estabelecia previsão específica para a destinação de dividendos no encerramento do exercício. Durante o exercício de 2025, foi distribuído o montante de R\$ 21.000 a título de dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, após transformação em Sociedade Anônima, a Companhia, prevê no acordo de acionistas a distribuição de 100% do resultado do exercício aos acionistas, após a dedução de 5% referente a constituição da reserva legal, conforme legislação societária aplicável.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	14.097
Base de cálculo dos dividendos propostos	14.097
Dividendo mínimo obrigatório - 100%	14.097
Dividendos distribuídos	14.097

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política Contábil: Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente

quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo Amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem o direito a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Composição:** a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

	Valor Contábil (não auditado)	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Valor justo através do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2	737
Custo amortizado		
Créditos com partes relacionadas	-	10.505
Total Ativos	205.292	11.242
Passivos		
Passivos pelo custo amortizado		
Dividendos e outras contas a pagar	14.105	-
Total Passivos	14.105	-

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

b) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. c) **Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) **Valor justo:** Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, débitos com partes relacionadas e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política Contábil: Receita de arrendamento: A receita de arrendamento de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguel, pelo período do arrendamento. **Receita de parceria rural:** O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabeleceu um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa sobre sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Os custos de arrendamentos representam o valor de depreciação de prédios, benfeitorias e custos de impostos sobre a terra. **Parcerias operacionais (produção agrícola):** A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua controladora SLC Agrícola S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, a Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, com contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos pela SLC Agrícola S.A., ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra atual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja. **Composição:** Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	31/12/2025	(não auditado) 31/12/2024
Arrendamento de terras	16.845	30.028
Deduções, impostos e contribuições	(615)	(1.096)
Receita operacional líquida	16.230	28.932

14. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e de fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e ajuste a valor presente do contas a pagar. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

	31/12/2025	(não auditado) 31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	564	579
Total	<	